



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Introdução: A Administração da Ecovias Araguaia, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Araguaia agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

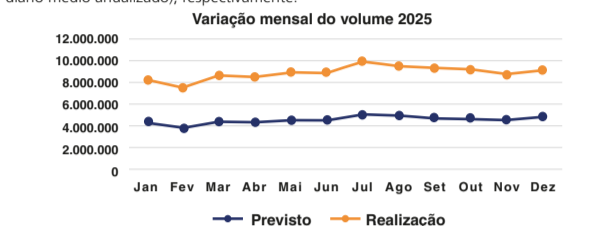
Resultados Operacionais e Financeiros

Volume de Tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 52.366 mil em 2025, redução de 0,6% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 0,1%. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,8% devido à diminuição da produção industrial na região Norte.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2025	2024	Var.
Leves	9.656	9.664	(0,1)%
Pesados	42.710	43.041	(0,8)%
Total	52.366	52.705	(0,6)%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2025, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



Tarifa e Tarifa Média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$11,07 em 2025, aumento de 3,0% em relação a 2024.

Tarifa média (Em R\$)	2025	2024	Var.
Ecovias Araguaia	11,07	10,75	3,0%

Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".

Em outubro/25, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecovias Araguaia com aumento de 1,65% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores C e D. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2025.

Pça.	Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2025										
	Categoria de veículo										
P1	9,50	19,00	14,25	28,50	19,00	38,00	47,50	57,00	66,50	76,00	4,75
P2	12,40	24,80	18,60	37,20	24,80	49,60	62,00	74,40	86,80	99,20	6,20
P3	12,00	24,00	18,00	36,00	24,00	48,00	60,00	72,00	84,00	96,00	6,00
P4	11,50	23,00	17,25	34,50	23,00	46,00	57,50	69,00	80,50	92,00	5,75
P5	14,30	28,60	21,45	42,90	28,60	57,20	71,50	85,80	100,10	114,40	7,15
P6	14,30	28,60	21,45	42,90	28,60	57,20	71,50	85,80	100,10	114,40	7,15
P7	15,60	31,20	23,40	46,80	31,20	62,40	78,00	93,60	109,20	124,80	7,80
P8	14,30	28,60	21,45	42,90	28,60	57,20	71,50	85,80	100,10	114,40	7,15
P9	14,30	28,60	21,45	42,90	28,60	57,20	71,50	85,80	100,10	114,40	7,15

Receita Bruta: A receita bruta totalizou R\$864,7 milhões em 2025, redução de 12,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, redução das receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$48,1 milhões, 2,1% superior em relação a 2024.

Receita de Pedágio: R\$580,0 milhões em 2025, aumento de 1,5%, devido ao reajuste das tarifas de pedágio. A Companhia apresenta a seguir a evolução mensal da receita de pedágio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Receita Bruta (em milhares de R\$)	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	2025
Receitas de Pedágio (excluí DBT)	48.929	46.278	53.094	51.478	54.348	53.646	59.848	57.452	55.917	57.607	52.677	53.063	644.339
Retenção conta garantia (10%)	(4.893)	(4.628)	(5.309)	(5.148)	(5.435)	(5.365)	(5.985)	(5.745)	(5.592)	(5.761)	(5.268)	(5.305)	(64.434)
Sobra arrecadação e Evasão	48	33	11	35	27	13	47	80	40	22	68	(344)	79
Total	44.084	41.684	47.795	46.366	48.941	48.295	53.911	51.787	50.365	51.868	47.477	47.414	579.985
Desconto Usuário Frequente	416	402	428	421	456	437	464	466	467	514	461	466	5.398

Receita Bruta (em milhares de R\$)

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	2024
Receitas de Pedágio (excluí DBT)	47.702	43.767	49.927	50.054	51.444	52.285	58.443	56.392	54.316	57.583	54.465	55.506	631.884
Retenção conta garantia (10%)	(4.770)	(4.377)	(4.993)	(5.005)	(5.144)	(5.229)	(5.844)	(5.639)	(5.432)	(5.758)	(5.447)	(5.551)	(63.189)
Sobra arrecadação e Evasão	51	8	132	13	3	4	17	18	15	16	9	10	296
Total	42.983	39.398	45.066	45.062	46.303	47.060	52.616	50.771	48.899	51.841	49.027	49.965	568.991
Desconto Usuário Frequente	382	371	409	423	404	405	419	441	416	480	447	431	5.028

Receita de Acessórias: R\$3,1 milhões em 2025, aumento de R\$3,0 milhões, devido à assinatura de contrato com uma empresa de telecomunicações no período.

Receita de Construção: R\$281,6 milhões em 2025, redução de 31,9%, devido ao menor volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.690,4 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	580,0	571,3	637,3
Receitas Acessórias	3,1	0,1	0,1
Receita de Construção	281,6	413,2	1.203,6
Total	864,7	984,7	1.841,0

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e Despesas Operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$542,4 milhões em 2025, redução de 15,2% devido, principalmente, à redução dos custos de construção e serviços de terceiros, compensados, parcialmente, pelo aumento da base de ativos (depreciação e amortização). **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$144,3 milhões, redução de 1,1% em relação a 2024.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.690,2 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Custos e Despesas Operacionais (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos e despesas	542,4	639,8	1.508,0

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2025, o EBITDA totalizou R\$388,1 milhões. O EBITDA ajustado totalizou R\$390,7 milhões, aumento de 3,4% em relação a 2024, e margem EBITDA ajustada de 73,0% (+0,9 p.p.).

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido em 2025 foi negativo em R\$133,9 milhões, aumento de R\$58,2 milhões em relação aos R\$75,7 milhões negativos em 2024, devido, principalmente, ao incremento dos juros e da variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, ocasionado, em grande parte, pelo desbolsamento dos recursos do empréstimo do BNDES.

Lucro do Exercício: Em 2025, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$102,0 milhões, redução de 39,8% em relação a R\$169,5 milhões em 2024.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias Araguaia encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva circulante e não circulante no valor de R\$478,7 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$1.893,9 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$1.415,2 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,6x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 14 e 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$377,9 milhões em 2025. A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão:

Investimentos (em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	352,2	407,5	1.711,7
Imobilizado	25,7	79,1	94,8
Total	377,9	486,6	1.806,5

Valor Adicionado: Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$357,4 milhões, isto é, 41,3% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 5,1% inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$376,6 milhões e a representatividade de 38,2% (+3,1 p.p.).

ISS Repassados: O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R\$26,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
ISS	26,7	26,2	5,4

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos R\$119.985 mil a título de dividendos e juros sobre

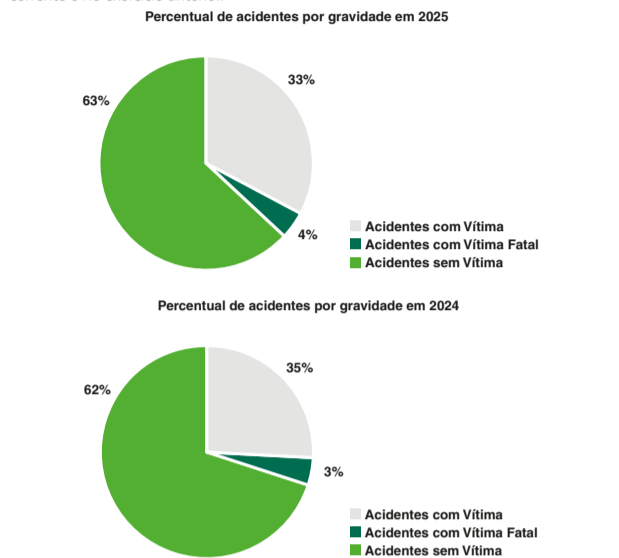
o capital próprio.

Planejamento e Gestão Empresarial: O êxito que a Ecovias Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. No exercício de 2025, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), tendo como resultado a manutenção das Normas ISO: - ABNT ISO 9001:2015 (sistema de gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (sistema de gestão ambiental); - ABNT ISO 39001:2015 (sistema de gestão em segurança viária); e - ISO 45001:2018 (sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional). Além das obrigações legais, a Concessionária mantém de forma voluntária diversos programas de cunho social, como: Programa Segurança Sempre, que fomenta o cuidado ativo de seus colaboradores diretos e indiretos, não obstante parcerias voluntárias com entidades públicas e privadas que visam a proteção ambiental que garantem assim a sustentabilidade perene de seus ativos. Quanto ao sistema de gestão da qualidade, a concessionária mantém rigoroso sistema de controle e verificação da qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.

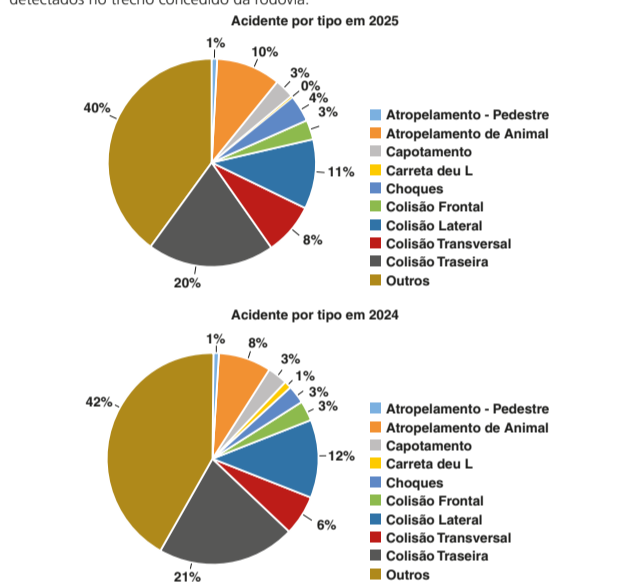
Recursos Humanos: Em 2025, a Concessionária investiu R\$186,8 mil (R\$277,9 mil em 2024), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA) *10.000
Analista Operações Rodoviárias	3	0,21
Analista de Planejamento Controle/Obras	4	0,28
Analista Faixa de Domínio	1	0,07
Auxiliar Sistema Rodoviário	1	0,07
Assistente Sistema Rodoviário	2	0,14
Controlador de CCO	4	0,28
Controlador Sistema Rodoviário	3	0,21
Coordenador de Tráfego	1	0,07
Coordenador Conservação	1	0,07
Coordenador Segurança do Trabalho	1	0,07
Coordenador Sistema Rodoviário	1	0,07
Fiscal Faixa Domínio	2	0,14
Líder Sistema Rodoviário	4	0,28
Líder Tráfego	6	0,42
Operador de CCA/CCO	15	1,04
Operador Pedágio	163	11,34
Operador Tráfego	47	3,27
Supervisor Sistema Rodoviário	3	0,21
Supervisor CCO/Tráfego	4	0,28
Técnico Segurança do Trabalho	2	0,14
Total de Pessoal - Operacional	268	18,66
Advogado	2	0,14
Auxiliar/Assistente Administrativo	6	0,42
Assistente Comunicação/Diretoria/Jurídico/Ouvidor/Sustentabilidade	6	0,42
Assistente de Engenharia	2	0,14
Analista Administração/Comunicação/Sustentabilidade	6	0,42
Coordenador Administração Contrato/Comunicação/Jurídico/Sustentabilidade	4	0,28
Diretor Superintendente	1	0,07
Especialista Administração Contrato	2	0,14
Engenheiro	2	0,14
Gerente Engenharia	1	0,07
Técnico de Engenharia	6	0,42
Total de Pessoal - Pedágio	38	2,66
Total de Pessoal - Concessionária	306	21,32

Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



As figuras abaixo apresentam os valores percentuais dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	11	1,29
Guincho Leve	10	1,18
Caminhão pipa	4	0,47
Guincho Super Pesado	6	0,71
Caminhão boiadeiro	4	0,47
Ambulância Simples	16	1,88
UTI	4	0,47
Total de Pessoal - Operacional	55	6,47
Administração	5	0,59
Pedágio	4	0,47
Tráfego	8	0,94
Engenharia	15	1,76
Conservação	11	1,29
Diretor e Gerentes (Frota executiva)	3	0,35
ANTT	3	0,35
CSU e RH	1	0,12
Manutenção	10	1,18
Total de Pessoal - Pedágio	60	7,05
Total de Pessoal - Concessionária	115	13,52

Concessionária em Números	
Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	850,7 km
Número de veículos que transitaram	Classe 01: 9625903
	Classe 02: 1156230
	Classe 03: 0
	Classe 04: 1493693
	Classe 05: 0
	Classe 06: 1031870
	Classe 07: 1031870
	Classe 08: 2045759
	Classe 09: 946791
	Classe 10: 16084
Especial 7D: 866386	
Especial 8D: 2045759	

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Fator Capital			
Despesas de depreciação em 2025	R\$113,9 milhões		
Ativo líquido	R\$478,7 milhões		
Ativo bruto	R\$5.840,6 milhões		
Série histórica de investimentos até 2025	R\$2.671,0 milhões		
Custo de oportunidade de capital em 2025	9,64%		

Fatores Intermediários			
Despesas de administração em 2025	R\$23,4 milhões		
Despesas com manutenção em 2025	R\$30,5 milhões		
Outras despesas	R\$17,4 milhões		

Seguridade			
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 710 Com feridos: 839 Com mortos: 63		

Indicadores			
Tarifa média	R\$11,07		
Custo por veículo ou km	R\$4,98		

BALANÇO SOCIAL			
1 - Base de cálculo			
	2025	2024	
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil	
Faturamento Bruto	864.668	984.700	
Receita líquida (RL)	816.591	937.565	
Resultado Operacional (RO)	274.238	297.760	
Folha de Pagamento bruta (FPB)	33.569	31.114	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	33.569	31.114	
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-	
2 - Indicadores sociais internos			
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.664	8%	-%
Encargos sociais	5.224	16%	1%
Previdência privada	241	1%	-%
Saúde	3.524	10%	-%
Segurança e Saúde no trabalho	172	1%	-%
Educação	2	-%	-%
Cultura	-	-%	-%
Capacitação e desenvolvimento profissional	165	-%	-%
Creches ou auxílio creche	189	1%	-%
Participação nos lucros ou resultados	1.138	3%	-%
Outros	-	-%	-%
Total - Indicadores sociais internos	13.319	40%	2%
3 - Indicadores sociais externos			
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-%	-%
Cultura	-	-%	-%
Saúde e saneamento	-	-%	-%
Esporte	120	-%	-%
Combate à fome e segurança alimentar	-	-%	-%
Outros	25	-%	-%
Total de contribuições à sociedade	145	-%	-%
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	-%	-%
Total - Indicadores sociais externos	145	-%	-%
4 - Indicadores ambientais			
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.905	9%	-%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	71	-%	-%
Total de investimentos em meio ambiente	2.976	9%	-%

5 - Indicadores do corpo funcional			
Nº de colaboradores ao final do período	306	347	
Tempo de serviço	16% até seis meses 5% de seis meses a um ano 29% entre um e dois anos 45% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos	18% até seis meses 16% de seis meses a um ano 20% entre um e dois anos 42% entre dois e cinco anos 4% mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	70	153	
Nº de demissões durante o período	109	141	
Nº de colaboradores terceirizados	1.158	1.212	
Nº de estagiários (as)	-	-	
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	-	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	76	102	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	199	219	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	29	26	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	197	213	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	-%	-%	
Remuneração paga a mulheres no período	8.200	6.131	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	197	201	
% de cargos gerenciais ocupados por negros	100%	-%	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	5	2	
Total de horas extras trabalhadas	32.775	42.514	
Total de horas extras pagas	645.079	735.265	
Total de INSS pagos	3.904	3.461	
Total de FGTS pago	1.320	1.083	
Total de Contribuição Sindical paga	37	25	
Total de demais encargos sociais pagos	-	-	
Total de ICMS recolhidos no período	-	-	
Total de IR recolhido no período	27.840	32.067	
Total de CSLL recolhidos no período	8.791	10.126	
Total de PIS recolhidos no período	3.793	3.715	
Total de COFINS recolhidos no período	17.505	17.144	
Total de outros tributos recolhidos no período	26.659	26.116	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3900%	3221%	
Número total de acidentes de trabalho	50	32	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	

A participação nos lucros ou resultados contempla			
() direção (X) todos os colaboradores	() direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas	94,8% na Concessionária 0,1% no PROCON 5,2% na Justiça	96,3% na Concessionária 0,2% no PROCON 3,5% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado	21,6% governo 25,5% governo 8,4% governo 44,5% governo	24,0% governo 40,9% governo 7,5% governo 27,6% governo	

Governança Corporativa: As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

Nível Hierárquico	2025		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Executivos	0	2	0	3
Média Gestão	8	9	5	11
Administrativo	22	10	16	12
Operacional	167	88	192	108
Total	197	109	213	134

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional. (5) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional.

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Nível Hierárquico	2025		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Executivos	0,00	0,00	0,00	0,00
Média Gestão	1,20	1,24	1,24	1,24
Administrativo	0,68	0,66	0,66	0,66
Operacional	0,63	0,66	0,66	0,66

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da Companhia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2025 totalizaram R\$192,6 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$7,2 mil, representando 3,8% do total de honorários pagos.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Anápolis - GO, 17 de março de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	84.213	177.192
Aplicações financeiras	6	272.088	105.342
Aplicações financeiras - conta reserva	7	41.862	35.736
Clientes	8	43.786	34.439
Tributos a recuperar		3.171	2
Despesas antecipadas		1.094	1.059
Partes relacionadas	17	-	18
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		-	1.925
Custos antecipados de empréstimos	9.1	23.928	-
Outros créditos		2.056	36.785
Total do ativo circulante		472.198	392.498
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	7	80.499	59.616
Depósitos judiciais	10	2	-
Custos antecipados de empréstimos	9.1	15.134	-
Conta reserva - poder concedente	9.2	1.711.376	1.474.470
		1.807.011	1.534.086
Imobilizado	11	145.568	149.694
Intangível	12	3.415.797	3.133.125
Total do ativo não circulante		5.368.376	4.816.905
Total do ativo		5.840.574	5.209.403
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		42.075	42.172
Fornecedores - FIDC	6 (b)	2.403	-
Empréstimos e financiamentos	14	24.041	9.419
Debêntures	15	23.026	18.977
Passivo de arrendamento	16	20.284	12.957
Impostos, taxas e contribuições a recolher		9.328	7.504
Obrigações sociais e trabalhistas		4.983	4.667
Partes relacionadas	17	28.360	25.395
Obrigações com poder concedente	20	6.119	6.068
Provisão para imposto de renda e contribuição social		3.703	8.440
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		6.151	8.696
Provisão para construção de obras	18	15.961	43
Outras contas a pagar		7.753	372
Total do passivo circulante		194.187	145.298
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.190.783	857.424
Debêntures	15	656.076	636.726
Passivo de arrendamento	16	32.882	25.931
Tributos diferidos	13.1	36.768	30.293
Obrigações com poder concedente	20	1.706.396	1.469.486
Provisão para perdas civis e trabalhistas	21	850	514
Provisão para manutenção	19	2.607	-
Provisão para construção de obras	18	-	15.898
Outras contas a pagar		27.492	19.858
Total do passivo não circulante		3.653.854	3.056.130
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	1.922.551	1.922.551
Reserva de lucros - legal	22.2	23.988	18.888
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	22.4	45.994	-
Reserva de capital - orçamento de capital	22.3	-	66.536
Total do patrimônio líquido		1.992.533	2.007.975
Total do passivo e patrimônio líquido		5.840.574	5.209.403
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida		23	816.591
Custo dos serviços prestados	24	(519.035)	(618.391)
Lucro bruto		297.556	319.174
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(23.369)	(21.384)
Outras receitas (despesas), líquidas		51	(30)
Lucro operacional		274.238	297.760
Receitas financeiras	25	42.465	37.971
Despesas financeiras	25	(176.336)	(113.638)
Resultado Financeiro Líquido		(133.871)	(75.667)
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição Social		140.367	222.093
Imposto de renda e contribuição social	13	(38.369)	(52.551)
Lucro líquido do exercício		101.998	169.542
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)		26	0,05305
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		101.998	169.542
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		101.998	169.542
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro de 2024			
Dividendos pagos		-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal		-	-
Dividendos intermediários	22.4	-	-
Juros sobre o capital próprio	22.4	-	-
Constituição de reserva - Orçamento de capital	22.4	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.922.551	1.888
Dividendos pagos		-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	22.4	-	5.100
Juros sobre capital próprio	22.4	-	-
Dividendos intermediários	22.4	-	-
Dividendo adicional proposto	22.4	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.922.551	23.988
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Obrigações sociais e trabalhistas	316	1.054
Lucro líquido do exercício	101.998	169.542	Partes relacionadas - fornecedores	2.965	(23.116)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas)			Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.824	(35)
gerado pelas atividades operacionais:			Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(761)	(747)
Depreciações e amortizações	113.884	80.657	Pagamento de provisão para construção de obras	-	(428)
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	15.308	(163)	Pagamento de obrigações com poder concedente	(13.270)	(14.210)
Capitalização de juros	(24.383)	(36.765)	Outras contas a pagar	15.015	(6.318)
Encargos financeiros sobre debêntures	76.679	74.982	Caixa gerado nas operações	429.100	369.031
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	104.171	64.233	Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.631)	(42.193)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	5.520	2.475	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	392.469	326.838
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	1.097	950	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Provisão e atualização monetária para provisão para manutenção e construção de obras	2.627	(615)	Aquisição de imobilizado	(25.682)	(79.066)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	14	2	Aquisição de intangível	(327.791)	(370.297)
Obrigações com poder concedente	13.325	14.254	Aplicações financeiras	(166.746)	(80.617)
Tributos diferidos	6.475	12.150	Aplicações financeiras - conta reserva	(14.650)	(26.756)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	31.894	40.401	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(534.869)	(556.736)
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(12.359)	(6.038)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Varição nos ativos operacionais:			Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(119.985)	(203.006)
Clientes	(9.361)	4.782	Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(21.004)	(12.522)
Partes relacionadas - clientes	18	(16)	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(117.204)	(84.925)
Tributos a recuperar	(3.169)	1.667	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	307.614	365.231
Despesas antecipadas	(35)	(649)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	49.421	64.778
Depósitos judiciais	(2)	-	Redução de caixa e equivalentes	(92.979)	(165.120)
Outros créditos	(2.408)	(4.709)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	177.192	342.312
Varição nos passivos operacionais:			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	84.213	177.192
Fornecedores e FIDC	1.718	(4.309)	Redução de caixa e equivalentes	(92.979)	(165.120)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmados em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 20.1. A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500, Bairro Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício: **Pagamentos de dívidas:** Os principais pagamentos de dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão identificados abaixo. Para mais informações ver Notas 14 e 15.

Modalidade Valor pago (principal, variação e juros)

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	51.389
Banco da Amazônia - BASA	22.206
1a Emissão de Debêntures	43.489

1.2. Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturadas em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez guinchos operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável). Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.3. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, o COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 1.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por conseqüência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. **Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, quanto ao gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 25). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 12, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.3. Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em conseqüência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para construção de obras:** Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	579.985	571.324
Com construção	281.573	413.233
Outras receitas	3.110	143
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(378.632)	(513.071)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.613)	(14.217)
Outros	(120)	(160)
Valor (consumido) adicionado bruto	471.303	457.252
Depreciação e amortização	(113.884)	(80.657)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(30)
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela Companhia	357.419	376.565
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	42.465	37.971
Outras receitas (despesas), líquidas	51	-
Valor adicionado total a distribuir	42.516	37.971
Distribuição do valor adicionado	399.935	414.536
Pessoal	33.569	31.114
Remuneração direta	25.680	24.339
Benefícios	6.471	5.567
FGTS	1.418	1.208
Impostos, taxas e contribuições	86.326	99.526
Federais	59.667	73.410
Municipais	26.659	26.116
Remuneração de capitais de terceiros	178.042	114.354
Juros	98.988	54.143
Aluguéis	1.706	716
Outros efeitos financeiros	77.348	59.495
Remuneração de capitais próprios	101.998	169.542
Reserva legal	5.100	8.477
Orçamento de capital	-	66.536
Juros sobre o capital próprio	27.645	66.705
Dividendos intermediários	23.259	27.824
Dividendos adicionais propostos	45.994	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. **Provisão para manutenção:** Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,39% ao ano, correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. **Provisão para perdas cíveis e trabalhistas:** A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.5. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.6. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVE) no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote). A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVE), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 20). 3.7. Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos nos quais o passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). 3.8. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.9. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.10. Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurções de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 3.11. Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). 3.12. Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas, pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedged accounting* (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/periodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: • Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a) sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • estiver

traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": • Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.13. Lucro básico e diluído por ação: O Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.14. Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. 3.15. Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 3.16. Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICP01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrente dos gastos estimados, para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis prestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,39% ao ano para provisão de manutenção e 8,72% para provisão de construção (8,72% em 31 de dezembro de 2024 para construção). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos.....	1.504	2.619
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	64.737	161.076
Certificado de depósito bancário CDB (b).....	12.568	10.994
Aplicações automáticas (c).....	5.404	2.503
	84.213	177.192

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao

valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100% (100% em 31 de dezembro de 2024) do (CDI), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata. (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. A redução na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se a realocação de recursos para a rubrica "aplicações financeiras".

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a).....	267.979	103.370
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	4.109	1.972
	272.088	105.342

(a) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária. (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores era de R\$2.403 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024). O aumento na rubrica "Aplicações financeiras", deve-se a realocação de recursos da rubrica "Caixas e equivalentes de caixa".

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento.....	122.361	95.352
	122.361	95.352
Circulante.....	41.862	35.736
Não circulante.....	80.499	59.616

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (92,0% em 31 de dezembro de 2024) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

A composição está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico (a).....	35.895	30.548
Receitas acessórias (b).....	145	19
Outras contas a receber (c).....	6.085	3.874
Desconto de Usuário Frequente - DUF (d).....	1.677	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (e).....	(16)	(2)
	43.786	34.439

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". (d) Desconto de Usuário Frequente a receber da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme cláusulas contratuais. (e) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer.....	43.687	34.439
Vencidos:		
Até 30 dias.....	113	-
De 31 a 90 dias.....	-	2
Acima de 120 dias.....	2	-
	43.802	34.441

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	(2)	-
Constituição de PECLD.....	(14)	(2)
Saldo no fim do exercício.....	(16)	(2)

9. OUTROS CRÉDITOS

9.1. Custos antecipados de empréstimos: O valor alocado na rubrica "Custos antecipados de empréstimos" no ativo circulante e não circulante, R\$39.062 em 31 de dezembro de 2025, refere-se a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$36.370 em 31 de dezembro de 2024 alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante).

9.2. Conta reserva - Poder Concedente:

	31/12/2025	31/12/2024
Recurso vinculado.....	1.711.376	1.474.470
	1.711.376	1.474.470

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com poder concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrio econômico-financeiro, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$178.093, líquido de IRRF e IOF (R\$118.782 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$64.460 (R\$62.334 em 31 de dezembro de 2024).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza		
Trabalhista.....	2	-
	2	-

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 21 Provisão para perdas civis e trabalhistas.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	-	-
Adições.....	2	-
Saldo no final do exercício.....	2	-

continua ...

CONCESSONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

... continuação

11. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos	Total
	Hardwares					
Taxa anual de amortização - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	20,0	10,0	10,0	23,3	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2024	175.171	15.550	6.850	875	198.446	
Adições	25.102	32	110	438	25.682	
Transferências	12.765	-	-	-	12.765	
Saldos em 31/12/2025	210.038	15.582	6.960	1.313	236.893	
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2024	(44.887)	(2.269)	(1.560)	(36)	(48.752)	
Adições	(40.073)	(1.557)	(689)	(254)	(42.573)	
Saldos em 31/12/2025	(84.960)	(3.826)	(2.249)	(290)	(91.325)	
RESIDUAL						
Em 31/12/2025	128.078	11.756	4.711	1.023	145.568	
Em 31/12/2024	130.284	13.281	5.290	839	149.694	
Máquinas e equipamentos						
Taxa anual de amortização - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	15,2	10,0	10,0	8,2	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2023	78.317	9.815	6.575	-	94.707	
Adições	72.181	5.735	275	875	79.066	
Transferências	24.673	-	-	-	24.673	
Saldos em 31/12/2024	175.171	15.550	6.850	875	198.446	
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2023	(23.803)	(999)	(887)	-	(25.689)	
Adições	(21.084)	(1.270)	(673)	(36)	(23.063)	
Saldos em 31/12/2024	(44.887)	(2.269)	(1.560)	(36)	(48.752)	
RESIDUAL						
Em 31/12/2024	130.284	13.281	5.290	839	149.694	
Em 31/12/2023	54.514	8.816	5.688	-	69.018	

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

12. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)		Intangível em andamento (c)		Softwares de terceiros		Direito de uso - CPC06 (R2)		Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	-	20,0	(d)	-	-	-	-
CUSTO									
Saldos em 31/12/2024	2.836.711	338.863	4.587	67.939	3.248.100				
Adições	171.464	180.668	42	29.882	382.056				
Baixas	-	(15.308)	-	(659)	(15.967)				
Transferências	141.155	(153.920)	-	-	(12.765)				
Saldos em 31/12/2025	3.149.330	350.303	4.629	97.162	3.601.424				
AMORTIZAÇÃO									
Saldos em 31/12/2024	(82.794)	-	(2.247)	(29.934)	(114.975)				
Adições	(53.677)	-	(920)	(16.714)	(71.311)				
Baixas	-	-	-	659	659				
Saldos em 31/12/2025	(136.471)	-	(3.167)	(45.989)	(185.627)				
RESIDUAL									
Saldos em 31/12/2025	3.012.859	350.303	1.462	51.173	3.415.797				
Saldos em 31/12/2024	2.753.917	338.863	2.340	38.005	3.133.125				
Contratos de concessão (a)									
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-				-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	19,6	(d)	-				-
CUSTO									
Saldos em 31/12/2023	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783				
Adições	143.425	263.394	243	13.306	420.368				
Baixas	-	-	-	(378)	(378)				
Transferências	905.875	(930.548)	-	-	(24.673)				
Saldos em 31/12/2024	2.836.711	338.863	4.587	67.939	3.248.100				
AMORTIZAÇÃO									
Saldos em 31/12/2023	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)				
Adições	(43.924)	-	(877)	(12.793)	(57.594)				
Baixas	-	-	-	163	163				
Saldos em 31/12/2024	(82.794)	-	(2.247)	(29.934)	(114.975)				
RESIDUAL									
Saldos em 31/12/2024	2.753.917	338.863	2.340	38.005	3.133.125				
Saldos em 31/12/2023	1.748.540	1.006.018	2.974	37.707	2.795.239				

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. 31 de dezembro de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se à: reabilitação de pavimentos, terraplenos e drenagens, consultoria e gerenciamento de apoio de obras de ampliação e adequação às normas de elementos de proteção e segurança. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 1,75% a.a. (1,59% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento e elementos de proteção, e obras de ampliações e canteiros de obras, desapropriações e estudos e licenciamento ambiental. (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, imóveis, veículos e licenciamento de software. **Provisão para redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **Premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Moeda de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (15,29% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício. **Capitalização de juros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$24.383 referentes a encargos financeiros (R\$36.765 em 31 de dezembro de 2024) de empréstimos, financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.1. Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2025
Provisão para perdas civis e trabalhistas	125	234	(70)	289	164
Provisão para manutenção	-	886	-	886	886
Juros capitalizados	(30.263)	(7.822)	-	(38.085)	(7.822)
Lucro diferido (a)	(155)	(258)	340	(73)	82
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	22	(16)	6	6
Provisão Férias Diretor/Stock Option	-	242	(33)	209	209
IR e CS Diferido - Ativo (passivo)	(30.293)	(6.696)	221	(36.768)	209
Receita (despesas) de IR e CS Diferido	-	-	-	(6.475)	-
(a) Lucro diferido de valores a receber do Poder Concedente conforme Decreto-Lei nº	-	-	-	-	-

1.598/77 (IRPJ), art. 57 da Lei nº 8.981/95 e do art. 3º da IN RFB nº 1.700/17 (CSLL). Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R\$36.768 no passivo não circulante (R\$30.293 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou débito de R\$6.475 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	(8.613)
2026	(2.749)	(8.617)
2027	(11.449)	(8.678)
2028	(11.459)	(4.354)
2029	(11.459)	(31)
2030	259	-
Posterior a 2030	89	-
	(36.768)	(30.293)

13.2. Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	140.367	222.093
Alíquota fiscal vigente	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota vigente	(47.725)	(75.512)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(346)	(192)
Juros sobre o capital próprio	9.399	22.680
Despesas indedutíveis	(37)	(29)
Incentivos fiscais (PAT)	10	(54)
Outros	330	556
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(38.369)	(52.551)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(31.894)	(40.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.475)	(12.150)
Alíquota efetiva	27,3 %	23,7 %

13.3. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	8.440	10.232
Despesa IR/CS DRE	31.894	40.401
Total de IR/CS pagos no exercício	(36.631)	(42.193)
Saldo no final do exercício provisão IR/CS	3.703	8.440

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional:				
Finem BNDES	09/2051	IPCA + 7,70% a.a.	914.496	664.919
CCB - BASA	07/2046	IPCA + 2,50830% a.a.	300.328	201.924
			1.214.824	866.843
Circulante			24.041	9.419
Não circulante			1.190.783	857.424
Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:				
			31/12/2025	31/12/2024
2026			-	13.395
2027			26.024	18.546
2028			28.021	19.325
2029			29.185	20.162
2030			30.436	21.062
Posterior a 2030			1.077.117	764.934
			1.190.783	857.424

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	866.843	470.998
Adições	317.405	373.002
Encargos financeiros (Nota 25)	104.171	64.233
Pagamento de principal	(5.400)	-
Pagamento de juros	(68.195)	(41.390)
Saldo no final do exercício	1.214.824	866.843

A principal adição ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está descrita a seguir:

Instituição	Montante bruto
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	221.581
Banco da Amazônia - BASA	108.778

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição	Financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Emissora:		Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Bancária.
	(i) EBITDA ajustado - Medição iniciará em 2026		
	(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 - Medição iniciará em 2033		
	Garantidora - Ecorodovias Concessões e Serviços:		
	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 5,50		
BASA	Emissora:		Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e crediitórios e Fiança Bancária.
	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 - Medição iniciará em 2026		
	Garantidora - Ecorodovias Concessões e Serviços:		
	(i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 5,50		

Conforme descrito acima, os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026 e da controladora indireta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de "garantidora", desde a emissão da dívida. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a controladora está adimplente com os referidos índices.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
BASA e BNDES	Dívida líquida/EBITDA ajustado (garantidora ECS)	≤ 5,50	3,58

17. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Data		Total	Contrato			Montantes envolvidos			Outras informações		
			início	final		A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	12/12/2024	31/03/2028	9.008	-	-	697	Em até 45 dias	-	-	9.008	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 Holding do Araguaia S.A.	Outras Partes Relacionadas	18/10/2021	07/01/2057	5.460.933	4.816.248	-	25.884	Em até 45 dias	-	-	48.977	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	-	-	-	-	-	26	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
d)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	-	-	-	-	-	6	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
e)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	01/01/2025	31/03/2028	58.366	38.752	-	1.635	Em até 45 dias	5.729	5.285	8.717	N/A	Devedor
f)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora Indireta	01/01/2025	31/03										

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$1.650 (R\$2.802 em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$2.677, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (fixa/variável).....	1.310	1.854
Gratificação.....	160	-
Outros.....	-	1
Remuneração baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	511	16
Seguro de vida.....	3	4
Assistência saúde.....	105	116
Previdência privada.....	74	72
FGTS.....	112	86
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS).....	402	305
	2.677	2.454

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

	31/12/2024	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	(1.866)	-	-	(1.866)
Ajuste a valor presente - realizações.....	1.403	-	-	1.403
Atualização Monetária.....	4.414	-	20	4.434
	15.941	-	20	15.961
Circulante.....	43	-	-	15.961
Não Circulante.....	15.898	-	-	-

	31/12/2023	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	(1.438)	(428)	-	(1.866)
Ajuste a valor presente realizações.....	1.403	-	-	1.403
Atualização Monetária.....	5.029	-	(615)	4.414
	16.984	(428)	(615)	15.941
Circulante.....	16.984	-	-	43
Não Circulante.....	-	-	-	15.898

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Adição (custo)	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção.....	-	4.083	4.083
Efeito do valor presente sobre constituição.....	-	(1.476)	(1.476)
	-	2.607	2.607
Não Circulante.....	-	-	2.607

20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de fiscalização (a).....	1.139	1.084
Conta reserva (b).....	1.711.376	1.474.470
	1.712.515	1.475.554
Circulante.....	6.119	6.086
Não circulante.....	1.706.396	1.469.486

(a) Taxa de fiscalização: A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$1.139 (R\$1.084 em 31 de dezembro de 2024). (b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controladora concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária sendo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, sendo esta conta utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado inicialmente foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controladora. Em 26 de agosto de 2022, a Companhia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., o contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	1.475.554	1.302.090
Custo (Nota 24).....	13.325	14.254
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF).....	178.093	118.782
Reembolso DUF ANTT.....	(5.647)	(7.696)
Retenção sobre tarifa.....	64.460	62.334
Pagamento do principal.....	(13.270)	(14.210)
Saldo no final do exercício.....	1.712.515	1.475.554

20.1. Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R\$1.430.120 sendo (i) R\$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R\$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do poder concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta do primeiro de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$281.573 (R\$413.233 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder

concedente ao final do contrato de concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura.....	3.811.495	3.768.317
Conservação especial (manutenção).....	3.327.620	3.323.009
Equipamentos.....	474.790	485.681
Total.....	7.613.905	7.577.007

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações.....	01/01/2027	Potential	507.107
			507.107

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

21.1. Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025.....	500	14	514
(+) Complemento de provisão.....	850	46	896
(-) Pagamentos.....	(751)	(10)	(761)
(+) Atualização monetária.....	193	8	201
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	792	58	850

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024.....	311	-	311
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	788	30	818
(-) Pagamentos/baixas.....	(729)	(18)	(747)
(+) Atualização monetária.....	130	2	132
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	500	14	514

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processo de valor individual relevante. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo reclamações trabalhistas, de empregados próprios e terceiros, com pedidos de pagamento de horas extras, insalubridade/periculosidade e complemento de verbas rescisórias, não existindo processos de valor individual relevante. 21.2. Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processos de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis.....	41.576	27.320
Trabalhistas.....	4.836	2.070
	46.412	29.390

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.922.551, representados por 1.922.550,917, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Holding do Araguaia S.A. 22.2. Reserva de lucros - legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o total de reserva legal é de R\$23.988 (R\$18.888 em 31 de dezembro de 2024). 22.3. Reserva de lucros - Orçamento de capital: Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R\$0 (R\$66.536 em 31 de dezembro de 2024). A Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2025, deliberou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, retificando a distribuição proposta inicialmente pela Administração, tendo sido o valor de R\$66.536, inicialmente proposto como orçamento de capital, destinado a distribuição de dividendos. 22.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$119.985, à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$6.151, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....	101.998	169.542
Constituição da reserva legal.....	(5.100)	(8.477)
Base de distribuição.....	96.898	161.065
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos.....	23.259	27.824
Juros sobre o capital próprio.....	27.645	66.705
Dividendos adicionais propostos (a).....	45.994	66.536
(a) Conforme descrito na Nota 22.3, a Assembleia Geral Ordinária retificou a distribuição proposta inicialmente pela Administração, tendo sido o valor de R\$66.536, inicialmente proposto como orçamento de capital, destinado a distribuição de dividendos.		

23. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	30.821	54.354
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	460.955	390.209
Vale-pedágio.....	88.130	121.838
Outras.....	79	4.923
	579.985	571.324
Receita de construção (b).....	281.573	413.233
Receitas acessórias (c).....	3.110	143
Receita bruta.....	864.668	984.700
Deduções da receita bruta.....	(48.077)	(47.135)
Receita líquida.....	816.591	937.565

	31/12/2025	31/12/2024
Deduções		
COFINS (3%).....	(17.505)	(17.144)
PIS (0,65%).....	(3.793)	(3.715)
ISS (2,3%).....	(26.559)	(26.116)
Abatimentos.....	(120)	(160)
	(48.077)	(47.135)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. Dentre os valores de receita de pedágio por equipamento eletrônico, R\$5.398 em 31 de dezembro de 2025, (R\$5.027 em 31 de dezembro de 2024), representam os valores a receber relacionados ao Desconto do Usuário Frequente (DUF). De acordo com a cláusula 18.4.2 do Contrato de Concessão, "A Concessionária será compensada anualmente, no âmbito da Revisão Ordinária, pela variação da Receita Tarifária decorrente da aplicação do Desconto de Usuário Frequente por meio de Notificação de Compensação de Desconto de Usuário Frequente. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Clientes" no ativo circulante. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal.....	33.569	31.114
Conservação e manutenção.....	30.453	31.136
Serviços de terceiros (a).....	45.707	52.652
Seguros.....	2.174	1.785
Poder concedente (Nota 20).....	13.325	14.254
Provisão para manutenção (Nota 19).....	2.607	-
Custo de construção de obras.....	281.573	413.233
Depreciações e amortizações (Notas 11 e 12).....	113.884	80.657
Locação de imóveis e máquinas.....	1.706	716
Outros custos e despesas operacionais.....	17.406	14.228
	542.404	639.775

	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados.....	519.035	618.391
Despesas gerais e administrativas.....	23.369	21.384
	542.404	639.775

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:.....		
Receita de aplicações financeiras.....	42.117	37.968
Outras receitas financeiras.....	348	3
	42.465	37.971

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:.....		
Juros sobre debêntures (Nota 15).....	(44.547)	(42.658)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14).....	(73.304)	(45.775)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 15).....	(28.604)	(30.646)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14).....	(30.867)	(18.458)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 15).....	(3.528)	(1.678)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 20).....	(20)	615
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 21).....	(201)	(132)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 16).....	(5.520)	(2.475)
Juros Capitalizados.....	24.383	36.765
Outras.....	(14.128)	(9.196)
	(176.336)	(113.638)
Resultado financeiro, líquido.....	(133.871)	(75.667)

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Lucro básico por ação: O Lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação.....	101.998	169.542
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação.....	1.922.551	1.922.551
Lucro básico por ação das operações continuadas.....	0,05	0,09

26.2. Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo

... continuação **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090**

curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequadas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	50.284	57.181	60.225	2.532.045
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	76.094	77.280	77.609	1.792.374
Banco da Amazônia S.A. - BASA	30.918	28.335	27.601	372.474
Passivo de arrendamento	23.696	22.111	9.895	3.964
	180.992	184.907	175.330	4.700.857

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a) ...	Alta do CDI	36.982	46.227	55.473
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(91.213)	(110.797)	(130.380)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(66.609)	(67.606)	(68.608)
Juros a incorrer, líquidos		(120.840)	(132.176)	(143.515)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,90 %	16,13 %	19,35 %
IPCA (b)	4,22 %	5,27 %	6,32 %

Fonte: Relatório MB Associados – Dezembro/2025
Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
28.1. Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. 28.2. Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. 28.3. Transações que não envolvem caixa: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso – CPC06 (R2) - Adições	29.882	13.306
Direito de uso – CPC06 (R2) - Baixas	(659)	(378)
Outros créditos - Conta reserva	236.906	173.420

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ROBERTO BORGES PAIVA MAURO OLIVEIRA DIAS DANI AJBESZYC RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES	Diretor Presidente	RUI JUAREZ KLEIN
Membros Suplentes	ANDRÉ CAMARGO MARQUES VELLOSO	Diretor Superintendente e de Relação com Investidores	FABIANO MARTINS DE MEDEIROS
		Contador	HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 'T' GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 23) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 12) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 3.363.162 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente

em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

JUSTIÇA

Mendonça vai relatar pedido de prorrogação da CPMI do INSS

Andrpe Richter Agência Brasil

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado nesta terça-feira (17) para relatar o pedido de prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Na sexta-feira (13), o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), protocolou

um mandado de segurança no STF para o obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a ler o requerimento no qual a CPMI pede a prorrogação dos trabalhos, que estão previstos para acabar no dia 28 deste mês.

Segundo o senador, há omissão de Alcolumbre e da Mesa Diretora ao não receberem o requerimento de prorrogação.

"A Mesa Diretora e o

presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, não querem adotar as providências necessárias para a prorrogação da CPMI do INSS, desde a não determinação de recebimento do requerimento até a não promoção da leitura do referido pedido de extensão de prazo na sessão do Senado Federal ou do Congresso Nacional", argumenta a CPMI.

Caso Master

Mendonça também é relator do inquérito que apura as fraudes no Banco Master.

Ontem, o ministro proibiu a CPMI do INSS de ter acesso a novos dados da quebra de sigilos dos sigilos bancário, fiscal e telemático do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master.

A comissão apura a suposta participação do

banco em empréstimos consignados irregulares a aposentados e pensionistas.

Com a decisão, os dados, que estão em uma sala-cofre da CPMI, no Senado, deverão ser devolvidos para a Polícia Federal (PF).

A medida foi tomada após o ministro determinar a abertura de inquérito para investigar o vazamento de conversas privada entre Vorcaro e sua ex-namorada.

ECOVIAS DIGITAL pdf

Código do documento 1de513b8-363e-40e6-b555-f2d8b4320fa1



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

18 Mar 2026, 08:25:43

Documento 1de513b8-363e-40e6-b555-f2d8b4320fa1 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:25:43-03:00

18 Mar 2026, 08:26:24

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:26:24-03:00

18 Mar 2026, 08:26:48

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.63.40.25 (bd3f2819.virtua.com.br porta: 31998) - [Geolocalização: 36.642 -78.3256](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:26:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a65a823d8702031df48d7be0e7bc95839dea67ef0a5cfa9e7990ccf3aba7c62e
(SHA512):67e8d1e4ca7c3efbc96e42302a5728efa8feedab45846d7ef6ff353902d02b99c2f6c519da6c84ea83b9793f10449751d07161ae3f14d87c1ce5e8bdabd8b455

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.